

Reynaldo Soares da Fonseca  
Daniel Castro Gomes da Costa  
Coordenadores



*Prefácio*  
Luiz Fux

# DIREITO REGULATÓRIO

## Desafios e perspectivas para a Administração Pública

Belo Horizonte

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO  
2020

3508 (8)  
D5982

© 2020 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e EditorCoordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de OliveiraAv. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

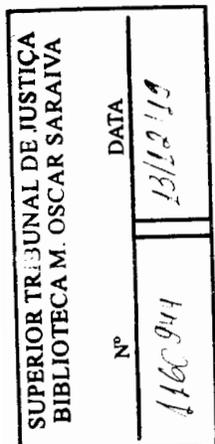
1160944

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598	Direito regulatório: desafios e perspectivas para a Administração Pública / Reynaldo Soares da Fonseca, Daniel Castro Gomes da Costa (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020. 525 p.; 17cm x 24cm ISBN: 978-85-450-0719-7
	1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Direito Regulatório. I. Fonseca, Reynaldo Soares da. II. Costa, Daniel Castro Gomes da. III. Título.
	CDD: 341.3782 CDU: 346.5:65

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FONSECA, Reynaldo Soares da; COSTA, Daniel Castro Gomes da (Coord.). *Direito regulatório: desafios e perspectivas para a Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 525 p. ISBN 978-85-450-0719-7.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Luiz Fux</b> .....	17
-----------------------	----

## REGIME DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM ÂMBITO FINANCEIRO

**Reynaldo Soares da Fonseca, Rafael Campos Soares da Fonseca, Leonardo Campos**

<b>Soares da Fonseca</b> .....	19
1 Introdução.....	19
2 Trajetória institucional de controle ao endividamento dos Estados Federados.....	20
3 Estado de calamidade financeira e seus efeitos jurídicos nas esferas administrativa e financeira.....	26
4 Conclusões.....	32
Referências.....	35

## OS IMPACTOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

<b>Daniel Castro Gomes da Costa</b> .....	37
1 Introdução.....	37
2 Contratações públicas no Brasil.....	39
3 Lei Anticorrupção.....	41
3.1 Aspectos sancionatórios.....	42
3.2 Questões atinentes à prevenção e à cooperação.....	44
4 A Lei Anticorrupção como instrumento de combate à corrupção.....	47
4.1 Prováveis dificuldades nas disposições da lei.....	47
4.2 Aplicação da Lei Anticorrupção.....	50
5 Conclusão.....	51
Referências.....	52

## JUSTIÇA E SEGURANÇA NORMATIVA À LUZ DE APERFEIÇOAMENTOS NO PROCESSO REGULATÓRIO

<b>Luiz Edson Fachin, Fernando Quadros da Silva</b> .....	55
1 Os impactos na atividade regulatória: a nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e a Lei nº 13.848, de 26 de junho de 2019.....	55
2 Regulação por agências e a amplitude de seu controle pelo Judiciário.....	56
3 Aperfeiçoamento no processo decisório das agências.....	60
4 A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e possíveis efeitos na atuação regulatória.....	63
4.1 A Nova LINDB e seu reflexo na interpretação dos atos do Poder Público.....	64

4.2	O dever judicial de fundamentar e ponderar os efeitos das decisões .....	66
5	Algumas conclusões .....	66
	Referências.....	67

## REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DO DIREITO DOS CONSUMIDORES EM CONTRAPOSIÇÃO AO CONCEITO DE USUÁRIOS

<b>Humberto Martins</b> .....	69	
1	Introdução .....	69
2	O Direito das Telecomunicações como construção doutrinária .....	71
3	A relação do Direito das Telecomunicações com o Direito do Consumidor .....	75
4	A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a afirmação do usuário de telecomunicações como consumidor.....	78
4.1	O Direito do Consumidor e o detalhamento do PIS e da COFINS nas faturas de serviços telecomunicações .....	79
4.2	A legitimidade passiva, ou não, da ANATEL e a legalidade da assinatura básica ...	81
5	Conclusão: a reestruturação da Agência Nacional de Telecomunicações e o reconhecimento do conceito de consumidor em detrimento do conceito de usuário .....	85
	Referências.....	86

## REGULAÇÃO E “NUDGE”: COMO A ECONOMIA COMPORTAMENTAL (BEHAVIORAL ECONOMICS) PODE INFLUENCIAR POLÍTICAS REGULATÓRIAS?

<b>Luiz Fux, Gabriel Campos Soares da Fonseca</b> .....	89	
1	Introdução .....	89
2	<i>Behavioral economics</i> : origens e desenvolvimento.....	91
2.1	Contextualização histórica.....	91
2.2	Definição conceitual.....	95
3	<i>Nudge</i> , arquitetura de escolhas e o paternalismo libertário: perspectivas da economia comportamental para a regulação .....	96
3.1	<i>Nudge</i> e paternalismo libertário .....	97
3.2	Regulação, arquitetura de escolhas e economia comportamental .....	98
3.3	Regras padrão ( <i>default rules</i> ) e inércia: dois exemplos .....	101
4	Considerações finais .....	102
	Referências.....	104

## OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE MÉTODO ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM RAZÃO DO CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO DA ATIVIDADE NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: BREVE ESTUDO ENVOLVENDO AS UHE DE JAGUARÁ, MIRANDA E SÃO SIMÃO

<b>Mauro Luiz Campbell Marques</b> .....	107	
1	Introdução .....	107
2	Conceito de arbitragem .....	109
3	A arbitragem no setor público.....	110

4	As esferas pública e privada no Estado Regulador.....	112
5	Os limites da arbitragem em contrato administrativo: o caso CEMIG .....	114
6	A Câmara de Mediação e Arbitragem da Administração Federal: arbitragem ou arbitramento?.....	116
7	Conclusão.....	118
	Referências.....	119

## PERFIL CONSTITUCIONAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

<b>Ives Gandra da Silva Martins</b> .....	121
1 Introdução .....	121
2 Previsão constitucional taxativa e o poder normativo.....	121
3 Da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel .....	122
4 Da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.....	126
5 Conclusão .....	130

## LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: REGULAÇÃO

<b>Paulo Dias de Moura Ribeiro</b> .....	133
1 Apresentação .....	133
2 Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	133
3 Desafios da Lei Geral de Proteção de Dados .....	134
4 Os direitos da personalidade precisam ser protegidos .....	134
5 As revoluções, a cidadania e a personalidade .....	135
6 Conclusão .....	136
Referências.....	136

## AGÊNCIAS REGULADORAS: NOTAS SOBRE OS CONTORNOS E OS LIMITES DA FUNÇÃO NORMATIVA NO ÂMBITO DA REGULAÇÃO SANITÁRIA

<b>Rosa Maria Pires Weber</b> .....	139
1 Introdução .....	139
2 Regulação setorial e competência normativa.....	140
3 Regulação e regulamentação: distinções necessárias.....	143
4 O princípio da legalidade na regulação setorial.....	144
5 Limites materiais do poder normativo .....	146
6 A cláusula constitucional do direito à saúde .....	150
7 Uma palavra final sobre a restrição de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito .....	154
Referências.....	154

## A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E A TRANSPARÊNCIA NA NOVA LEI GERAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: O PRESTÍGIO À BOA ADMINISTRAÇÃO

<b>Sérgio Silveira Banhos</b> .....	157
1 Notas de introdução .....	157
2 Boa administração, participação da sociedade e transparência .....	158

3	As soluções trazidas pela novel legislação .....	166
4	Conclusão .....	168
	Referências.....	168

## INTERVENÇÃO JUDICIAL E POLÍTICAS REGULATÓRIAS: POR UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL

<b>Pedro Felipe de Oliveira Santos, Gabriel Campos Soares da Fonseca</b> .....	171	
1	Introdução .....	171
2	O Estado regulador e a construção de uma Administração Pública complexa .....	173
3	Intervenções judiciais em políticas regulatórias.....	177
4	Considerações finais .....	184
	Referências.....	184

## REGULAÇÃO ESTATAL E PROMOÇÃO DA ATIVIDADE DE INOVAÇÃO

<b>Vítor Monteiro</b> .....	189	
1	Introdução .....	189
2	Inovação e regulação da inovação .....	190
3	Atividade econômica, regulação e inovação .....	190
4	Os estímulos da regulação e a atividade de inovação .....	192
4.1	É possível que a regulação promova a inovação? .....	193
4.2	Programa “Legislar Melhor” da União Europeia e a promoção da inovação pela regulação .....	196
5	Conclusão .....	200
	Referências.....	201

## A MODIFICAÇÃO CONSENSUAL DE CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E A COMPETÊNCIA REGULATÓRIA DA ANEEL

<b>Marçal Justen Filho</b> .....	203	
1	Os contratos de compra e venda de energia elétrica.....	203
1.1	O exercício da autonomia de vontade.....	204
1.2	A regulação exacerbada: o “ambiente regulado” .....	204
1.2.1	Ainda o princípio da legalidade .....	204
1.2.2	A autonomia privada na fixação do preço da energia.....	204
2	A problemática da contratação excessiva pela distribuidora .....	204
2.1	O dever de contratação suficiente.....	204
2.1.1	A variação da demanda efetiva.....	205
2.1.2	A questão da sobrecontratação .....	205
2.2	A distribuição dos custos .....	205
2.2.1	A inviabilidade da atribuição exclusiva ao agente de distribuição .....	205
2.2.2	A inviabilidade da atribuição exclusiva aos consumidores.....	206
2.2.3	A solução regulatória: a limitação do repasse à tarifa .....	206
2.2.4	A eventual sobrecontratação superior a 105%.....	206
3	O poder-dever de redução dos quantitativos .....	207

3.1	Ainda a autonomia da vontade dos agentes privados .....	207
3.1.1	O interesse direto do agente de distribuição.....	207
3.1.2	O interesse dos consumidores.....	207
3.1.3	Ainda a relevância transcendente do bem jurídico.....	207
4	A intervenção regulatória da ANEEL .....	208
5	O primeiro problema fundamental: a legalidade.....	208
5.1	A regulação estatal e a legalidade.....	208
5.1.1	A afirmação da competência estatal regulatória .....	209
5.1.2	A preservação da exigência da legalidade .....	209
5.1.3	A competência normativa das agências reguladoras.....	209
5.1.4	A competência subordinada à previsão legislativa.....	209
5.2	O argumento da competência normativa da ANEEL .....	210
5.2.1	As limitações constitucionais à competência infralegislativa.....	210
5.2.2	A existência de um “princípio da normatividade” .....	210
5.2.3	Ainda a democracia .....	211
5.2.4	Ainda a segurança jurídica .....	211
5.2.5	Ainda a isonomia .....	212
6	O obstáculo da natureza consensual do contrato.....	212
6.1	A contratação e seus efeitos vinculantes.....	212
6.2	A natureza bilateral do contrato e da alteração contratual.....	212
6.3	A inviabilidade da escolha unilateral do agente de distribuição.....	212
6.4	A legitimidade da oposição dos vendedores .....	212
6.5	O entendimento da ANEEL e seus efeitos concretos .....	213
6.5.1	Ainda a autonomia privada.....	213
6.5.2	Ainda o dever de redução da contratação excessiva .....	213
6.5.3	Ainda a exigência de concordância do vendedor.....	213
6.6	Síntese .....	213
7	A questão do registro e da aprovação de contratos .....	214
7.1	A situação anterior: a distinção entre registro e aprovação .....	214
7.1.1	A REN 323/2008.....	214
7.1.2	A REN 783/2017.....	215
7.2	O conteúdo jurídico da distinção: a competência administrativa.....	215
7.2.1	A aprovação .....	215
7.2.2	O registro.....	215
7.3	A posição jurídica dos particulares .....	216
7.3.1	O registro e a suficiência da vontade privada.....	216
7.3.2	A aprovação e a insuficiência da vontade privada.....	216
7.3.3	Síntese .....	216
7.4	A aplicação retroativa da REN 783/2017.....	217
7.4.1	A determinação do art. 23 da REN 783/2017.....	217
7.4.2	A rejeição à aprovação de aditivos de redução de quantitativos.....	217
7.5	Ainda a vedação à irretroatividade da norma posterior .....	217
7.5.1	A aplicação a normas infralegais .....	217

7.5.2	A tutela constitucional à segurança jurídica .....	218
7.6	Efeito imediato e efeito retroativo da norma superveniente .....	218
7.6.1	A preservação dos efeitos dos atos pretéritos .....	218
7.6.2	A aplicação da norma contemporânea.....	218
7.7	O descabimento da tese inovação meramente procedimental .....	219
7.7.1	A questão do efeito imediato das normas sobre procedimento.....	219
7.7.2	Os atos processuais perfeitos e os direitos processuais adquiridos.....	219
7.7.3	A tese jurídica indefensável.....	220
7.8	A disciplina dos contratos de comercialização de energia.....	220
7.8.1	A competência regulatória estatal .....	220
7.8.2	A alteração superveniente da regulação.....	220
8	Conclusões .....	221
	Referências.....	221

## REGULAÇÃO JURÍDICA DE ATIVIDADE PÚBLICO-ADMINISTRATIVA

<b>Benedito Gonçalves, Ana Lucia Preto Pereira</b> .....	223	
1	Regulação: apontamentos conceituais .....	223
1.1	Regulação jurídica da atividade econômica .....	223
1.2	Regulação jurídica da atividade público-administrativa .....	225
1.3	Regulação estatal judicial.....	226
2	Regulação jurídica de atividade público-administrativa e o papel do Superior Tribunal de Justiça .....	227
2.1	Apontamentos preliminares.....	227
2.2	Regulação jurídica e o Superior Tribunal de Justiça .....	228
	Referências.....	236

## A REGULAÇÃO DA ECONOMIA COLABORATIVA PELA UNIÃO EUROPEIA

<b>Nuno Cunha Rodrigues</b> .....	239	
1	Precisão terminológica .....	239
2	A atividade exercida por plataformas colaborativas .....	240
3	A regulação de plataformas colaborativas pela União Europeia .....	245
4	A aplicação do Direito da Concorrência às plataformas colaborativas.....	248
5	Conclusões .....	251
	Referências.....	252

## REGULAÇÃO E POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

<b>Gabriel Wedy</b> .....	255	
1	Introdução .....	255
2	Regulação e Política Nacional do Meio Ambiente .....	255
3	Órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	257
4	Dever de implementação ambiental por outros órgãos e entidades da Administração Pública e o papel das agências reguladoras.....	258
5	Conselho Nacional do Meio Ambiente: composição, funções e poder normativo....	260

6	Órgãos executores, seccionais e locais .....	262
7	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente .....	264
8	Regulação ambiental e poder de polícia ambiental .....	264
9	Taxa de controle e fiscalização ambiental.....	267
10	Conclusão.....	269
	Referências.....	269

## ATOS ADMINISTRATIVOS REGULATÓRIOS E O PAPEL DA ANATEL NA PROTEÇÃO DA CONCORRÊNCIA

	<b>Alexandre Santos de Aragão</b> .....	271
1	O poder regulatório outorgado à ANATEL e a proteção da concorrência .....	271
2	Consequências da natureza de ato administrativo regulatório.....	276
3	Preferência às soluções inter partes .....	279
	Referências.....	281

## REGULAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS. UM ENSAIO SOBRE ANTIGOS IMPASSES E DESAFIOS ATUAIS

	<b>Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho</b> .....	285
1	Introdução .....	285
2	Regulação e (novas) tecnologias: contexto .....	286
3	Impasses .....	288
3.1	Fundamento da ação administrativa: o Estado ou a pessoa? .....	288
3.2	Como regular aplicando a lei?.....	290
3.3	O processo de tomada de decisão interessa ao Direito?.....	292
3.4	Entre o agir unilateral e o diálogo – qual técnica é a mais eficiente para estimular/ dobrar a vontade humana em torno de pautas relevantes para o coletivo?.....	295
3.5	Potenciais conflitos de competência entre os entes da federação: da prerrogativa à função.....	297
4	Regulação e novas tecnologias: desafios.....	298
5	Conclusão.....	301
	Referências.....	302

## ARBITRAGEM EM QUESTÕES REGULATÓRIAS: POSSIBILIDADES, LIMITES E CRITÉRIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

	<b>Octávio Fragata M. de Barros, Patrícia Regina Pinheiro Sampaio</b> .....	307
1	Introdução .....	307
2	Nem tudo o que reluz é ouro: nem tudo que se pretende “arbitragem” efetivamente o é.....	309
3	O que são controvérsias passíveis de resolução por arbitragem em questões regulatórias .....	314
4	O princípio da publicidade e a tensão com privacidade das informações.....	319
5	Conclusão.....	322
	Referências.....	323

## NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGULAÇÃO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

**Fernando Dias Menezes de Almeida, Karlin Olbertz Niebuhr, Guilherme F. Dias**

<b>Reisdorfer</b> .....	325
1 Introdução .....	325
2 A questão terminológica .....	326
3 Ainda a questão terminológica: regulamentação .....	328
4 Regulação no ordenamento jurídico brasileiro .....	329
4.1 Constituição Federal, art. 174 .....	330
4.2 Constituição Federal, art. 21, XI e art. 177, §2º, III .....	331
4.3 Leis de criação das agências reguladoras .....	333
4.4 A legislação a partir de 2005 (a Lei de Saneamento) .....	335
5 Regulação na visão da doutrina .....	337
5.1 Doutrina brasileira até o ano de 2005 .....	337
5.2 A doutrina brasileira após 2005 .....	343
6 Conclusão .....	346

## REGULAÇÃO ESTATAL DA ECONOMIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DA RESOLUÇÃO Nº 787/2017 DA ANEEL

<b>Carolina Caiado Lima Rodrigues</b> .....	349
1 Introdução .....	349
2 Regulação estatal da economia .....	350
3 A governança corporativa e sua interface com o Direito Administrativo .....	354
4 Análise da Resolução 787 .....	358
5 Conclusão .....	361
Referências .....	362

## A LEGITIMIDADE DO PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

<b>Néviton Guedes</b> .....	365
1 Introdução .....	365
2 As agências reguladoras e a separação de poderes .....	365
3 Problemas de legitimidade das agências reguladoras e a separação de poderes .....	368
4 O princípio da legalidade e a legitimação das agências reguladoras .....	371
5 Caso brasileiro .....	374
Referências .....	377

## REGULAÇÃO PREVENTIVA E PLANEJAMENTO REGULATÓRIO

<b>Aline Bertolin</b> .....	379
1 Introdução .....	379
2 Serviços de interesse geral, polícia administrativa, plano econômico e regulação ...	381
3 O moderno planejamento econômico sob os auspícios do direito & desenvolvimento .....	383
4 Regulação: função do Estado e missão do Poder Público .....	385
5 Regulação preventiva .....	387

6	Considerações finais .....	389
	Referências.....	390

## FINTECHS (LUZ PARA OS DESBANCARIZADOS) E O DESAFIO DE UMA REGULÇÃO INCLUSIVA

	<b>Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Ludmilla Rocha Cunha Ribeiro .....</b>	<b>393</b>
1	As rupturas dos últimos 30 anos.....	393
2	Inovações no campo econômico.....	394
3	As brechas de legalidade e as pressões regulatórias.....	395
4	Os riscos regulatórios .....	396
5	Regular é preciso? .....	397
6	Como regular as <i>fintechs</i> ? .....	398
	Referências.....	399

## A REGULÇÃO NA ERA DIGITAL: PRESSUPOSTOS E DIVERGÊNCIAS NO BRASIL

	<b>André Ramos Tavares.....</b>	<b>401</b>
1	Notas introdutórias.....	401
2	Desenvolvimento e tecnologia .....	404
3	O papel da revolução tecnológica em economias atrasadas.....	405
4	Ambiente jurídico propício à inovação.....	407
5	A divergência centro-periferia no viés normativo da economia digital .....	410
6	O “uso subdesenvolvido de tecnologias desenvolvidas” .....	412
7	A tecnologia tutelada e a liberdade tecnológica na Constituição de 1988.....	413
7.1	Mercado interno brasileiro com autonomia tecnológica.....	415
7.2	A livre-iniciativa tecnológica.....	416
7.3	Uso de tecnologia e seus diversos mercados .....	417
8	Conclusões .....	419
	Referências.....	419

## TEMAS DE DIREITO DE ENERGIA À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO

	<b>Kassio Nunes Marques .....</b>	<b>421</b>
1	Introdução .....	421
2	Temas de relevância apreciados na Terceira Seção do TRF1 .....	421
3	Temas controversos referentes à geração, transmissão e comercialização de energia.....	423
3.1	Redução do Generation Scaling Factor – GSF em 5% – 1ª Geração.....	423
3.2	A blindagem do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – 2ª Geração.....	427
3.3	Blindagem no Mercado de Curto Prazo – MCP – 3ª geração .....	429
3.4	A tese da proporcionalidade no pagamento dos créditos no MCP – 4ª geração.....	430
4	Outros temas afetos ao Sistema Nacional de Energia.....	431
4.1	Mercado cativo de energia elétrica e venda em submercados diversos .....	431

5	Processo civil – conciliação, mediação e arbitragem – utilização efetiva na solução de conflitos de interesse de elevado nível de complexidade .....	434
6	Efeito multiplicador das decisões judiciais – aplicação dos princípios da análise econômica do direito .....	436
7	Considerações finais .....	439

## É O MOMENTO DE REGULAR O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO?

<b>Fernanda de Carvalho Lage, Fabiano Hartmann Peixoto</b> .....	441
1 Inteligência artificial e Poder Judiciário.....	441
2 A questão da regulação do uso da inteligência artificial no Poder Judiciário .....	445
3 Considerações finais .....	451
Referências.....	451

## O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E O CONTROLE DA ATIVIDADE REGULATÓRIA

<b>Flávio Garcia Cabral</b> .....	455
1 Introdução .....	455
2 O Tribunal de Contas da União como órgão de controle.....	456
2.1 A posição do TCU frente aos poderes estatais.....	459
2.2 A função de controle do TCU como função administrativa .....	461
3 A atividade regulatória no Brasil.....	465
4 O controle pelo TCU e a regulação: é possível o controle finalístico? .....	466
5 Conclusões .....	472
Referências.....	473

## A (NECESSÁRIA) DESPOLITIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

<b>Tarcisio Vieira de Carvalho Neto</b> .....	477
1 Problematização .....	477
2 O mito da neutralidade política da decisão administrativa.....	477
3 Impessoalidade administrativa como ação e como organização administrativa .....	480
4 Impessoalidade administrativa e agências reguladoras.....	484
5 Considerações finais .....	487
Referências.....	489

## A GOVERNANÇA NAS AGÊNCIAS REGULADORAS: UMA PROPOSTA PARA O CASO DE VACÂNCIA

<b>Bruno Dantas, Valdecyr Maciel Gomes</b> .....	491
1 Introdução .....	491
2 As atribuições do TCU .....	492
3 Componentes essenciais da governança.....	496
4 Os resultados dos trabalhos de fiscalização do TCU nas agências.....	497
4.1 Estratégia organizacional.....	497

4.2	Autonomia decisória.....	498
4.3	A estabilidade da diretoria .....	499
4.4	Conflito de interesse .....	502
4.5	A transparência.....	503
4.6	Política de gestão de riscos .....	504
4.7	Análise do impacto regulatório.....	504
4.8	A autonomia financeira das agências.....	505
5	Parecer do TCU sobre a governança das agências .....	505
6	Conclusão: uma proposta para o caso de vacância .....	506
	Referências.....	507

LIMITES DA FUNÇÃO NORMATIVA DAS ENTIDADES DE REGULAÇÃO:  
BALIZAMENTOS CONSTITUCIONAIS E A ÓPTICA DO SUPREMO

<b>Marco Aurélio Mello</b> .....	509
Referências.....	520
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	521